

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

DJAMARA VIRGÍNIA FERREIRA DA ROCHA SILVA

UFCG

**INTERDISCURSOS BÍBLICOS NO DISCURSO
CONTEMPORÂNEO SOBRE A MULHER:
UMA ANÁLISE DE TEXTO BÍBLICO E POLÍTICO**

SUPRA OMNES LUX LUCES

Campina Grande

2013

DJAMARA VIRGÍNIA FERREIRA DA ROCHA SILVA

INTERDISCURSOS BÍBLICOS NO DISCURSO CONTEMPORÂNEO
SOBRE A MULHER: UMA ANÁLISE DE TEXTO BÍBLICO E POLÍTICO

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Letras Português da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de graduada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Aloísio de Medeiros Dantas

Campina Grande
2013

Djamara Virgínia Ferreira da Rocha Silva

INTERDISCURSOS BÍBLICOS NO DISCURSO CONTEMPORÂNEO
SOBRE A MULHER: UMA ANÁLISE DE TEXTO BÍBLICO E POLÍTICO

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Letras Português da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de graduada em Letras.

Comissão Examinadora:

Dr. Aloísio de Medeiros Dantas (orientador)
Universidade Federal de Campina Grande

Ms. Manassés Morais Xavier (examinador)
Universidade Federal de Campina Grande

Campina Grande – PB

2013

A Deus, em quem está toda a plenitude da sabedoria e da ciência, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em Seu constante amor e fidelidade, sustentou-me ao longo de todo o percurso acadêmico, e ajudou-me a produzir esta monografia, desde a escolha temática até a sua conclusão.

Aos meus pais, Marcos e Gildete, e meus irmãos, José Antônio e Gilmara. Sem eles, sem a motivação, apoio, compreensão, amor e afeto que me deram, não chegaria ao fim deste curso.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Aloísio de Medeiros Dantas, que sempre atencioso, orientou-me com paciência e dedicação. Ter sido sua orientanda será uma das minhas melhores memórias acadêmicas.

Ao examinador deste trabalho, Prof. Ms. Manassés Morais Xavier, por se dispor gentilmente a avaliá-lo, contribuindo com o enriquecimento desta pesquisa.

À Unidade Acadêmica de Letras, em especial aos professores Adeildo Pereira da Silva Júnior e José Mário da Silva. Suas aulas foram muito significativas e firmaram a minha escolha pelo Curso de Letras.

Aos meus colegas de curso, em especial a turma de 2009, que me acompanha desde os primeiros dias universitários.

Aos integrantes do PET Letras, por terem feito a minha jornada acadêmica muito mais especial.

Aos meus amigos, que participaram da produção deste trabalho, orando por mim.

À Valdice Monção, cujas experiências acadêmicas e as sábias palavras foram motivações importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

“[...] e quem sabe se para tal tempo como este chegaste a este reino?” (*Ester 4:14*)

RESUMO

Desde a década de 60, época dos primeiros movimentos feministas, a sociedade tem passado por um processo de transformação da mulher. Posto esse pano de fundo, e considerando que os discursos são regidos, dentre outros fatores, por aspectos sociais que refletem o momento histórico cultural e ideológico, o presente trabalho tem por objetivo analisar a constitutividade dos discursos contemporâneos sobre a mulher, e identificar se a interdiscursividade bíblica compõe um dos seus traços discursivos. Para tanto, utilizamos como corpus de análise recortes textuais extraídos das Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres e da Plataforma Mais Mulheres no poder, ambos publicados em 2012, pelo Governo Federal, além de excertos bíblicos retirados dos livros de Provérbios, 1Coríntios, Efésios, 1Pedro e Tito, o que caracteriza esta pesquisa como de natureza interpretativa e documental-bibliográfica, na medida em que se utiliza de textos como objeto de estudo. Fundamentamo-nos teoricamente na Análise do Discurso, utilizando autores como Pêcheux (1988) e Orlandi (1999), para as concepções de sujeito, Dantas (2007), Indursky (2007) e Gregolin (2007), para as noções de efeitos de sentido, interdiscurso e formação discursiva. Os excertos analisados revelaram a presença da interdiscursividade bíblica nos discursos da contemporaneidade, que se manifestam sob a forma da negação. Tal resultado atestou a interferência ideológica do capitalismo nos processos discursivos de significação dos textos bíblicos.

Palavras-chave: Mulher. Interdiscursividade Bíblica. Discursos Contemporâneos.

ABSTRACT

Since 60's, period of the first feminist movements, the society has passed through a process of women transformation. Setting this present situation, and considering that the speeches are ruled, among multiple factors, by social aspects which reflect the historical, ideological and cultural moment. This paper aims to analyze the peculiarity of contemporary speeches about women, and identifies if the Biblical comparison composes one of the discursive traces. Therefore, we use as a corpus of analysis, literal clippings extracted from "Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres" and "Plataforma Mais Mulheres no Poder", either published in 2012, by the Federal Government, and also Biblical excerpts extracted from the Biblical epistles such as: 1 Corinthians, Ephesians, 1 Peter and Titus, which characterizes this research as documentary-bibliographical, since it supports in texts a study object. The conceptual and empirical foundation of the analyses of speech were supported in Pêcheux (1988) and Orlandi (1999), for the conceptions of citizen, Dantas (2007), Indursky (2007) and Gregolin (2007), for the slight knowledge of effect of direction, interdiscursive and discursive formation. The analyzed excerpts reveals strongly the presence of the Biblical interdiscursivity in contemporary speeches, as well as displays under negation. Such results, certifies the ideological interference of capitalism presence in the discursive processes of meaning of Biblical texts.

KEY WORDS: Woman. Biblical Interdiscursivity. Contemporary Speeches.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: AS CONCEPÇÕES DE SUJEITO	14
1.1 – O SUJEITO DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS.....	14
1.2 – A FORMA-SUJEITO HISTÓRICA.....	15
1.2.1.–CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR SOCIOLÓGICO.....	17
CAPÍTULO 2: A CONSTITUIÇÃO DA INTERDISCURSIVIDADE	19
2.1 – OS EFEITOS DE SENTIDO E A FORMAÇÃO DISCURSIVA	19
2.2 – O INTERDISCURSO.....	22
CAPÍTULO 3: OS INTERDISCURSOS BÍBLICOS NO DISCURSO CONTEMPORÂNEO	
SOBRE A MULHER	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

Desde a década de 60, época dos primeiros movimentos feministas no Brasil, passamos por um processo de transformação social e ideológica da mulher, estabelecendo na sociedade contemporânea mudanças na concepção do papel feminino.

Entendemos que as construções discursivas também são regidas, dentre outros fatores, por aspectos sociais que refletem o momento histórico cultural e ideológico instaurado na/pela humanidade. Vemos que, se a sociedade tem vivenciado transformações conceptuais, sobretudo no que se refere ao papel da mulher, é portanto natural que, na contemporaneidade, haja destaque das realizações discursivas de base feminina, que busquem a sua valorização.

Esta “metamorfose” feminina é solidificada pela verbalização discursiva em diversas esferas linguísticas, como a jornalística, que se destaca por alcançar as grandes massas da população; pois a mídia, ramo da esfera jornalística, abarca as redes virtuais, a publicidade e o universo televisivo.

Outras esferas são utilizadas para, não apenas estabelecer uma defesa feminina, mas também para tecer críticas, para desconstruir discursos contrários à valorização da mulher, como muitos consideram ser a Bíblia, isto é, um livro machista.

Devido aos princípios orientadores da conduta feminina hoje, a Bíblia tornou-se para a mulher contemporânea, um elemento castrador de sua liberdade. Entretanto, ao lermos algumas passagens bíblicas, vê-se a definição de um discurso de valorização da mulher, o que se contrapõe à qualificação machista atribuída ao livro.

Dessa constatação, consideramos necessário identificar as implicações discursivas associadas ao distanciamento entre o discurso bíblico e o discurso contemporâneo sobre a mulher, percebendo influência de fatores de ordem sociológica e cultural, no processo de compreensão dos textos bíblicos.

Para tanto, ancoramo-nos teoricamente na Análise do Discurso (doravante AD), especificamente nos conceitos de sujeito, formação discursiva e o interdiscurso.

- **Análise do discurso: algumas considerações teóricas**

Há uma importante colocação de Orlandi (1999) a respeito da perspectiva discursiva: “a linguagem é linguagem porque faz sentido” (id., *ibid.*, p. 25).

Considerar o sentido como uma questão essencial faz com que a AD estabeleça fronteiras e diálogos entre a Linguística, a Filosofia e as Ciências Sociais, pois “a linguagem só faz sentido porque se insere na história” (id., *ibid.*, p. 25), isto é, se inscreve numa dada sociedade.

A AD acopla três áreas do conhecimento (Orlandi, 1999):

- Sintaxe e enunciação (Linguística)
- Ideologia (História)
- Discurso (Teoria do Discurso)

A soma destas teorias constitui o trabalho que a AD faz com o sentido, princípios teóricos que interferem no próprio conceito discursivo de compreensão: “Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos” (id., *ibid.*, p.26).

A compreensão é, assim, o entendimento do funcionamento das interpretações, que derivam da relação entre o sujeito e o saber discursivo (id., 1996, p. 15). Então, como nos mostra Orlandi (1999), vê-se que a AD focaliza a compreensão de como um objeto simbólico está revestido de sentido tanto, para os sujeitos, quanto pelos sujeitos.

- **Análise do discurso: uma abordagem metodológica**

Dentro desta perspectiva teórica, um dos primeiros aspectos a serem considerados como procedimento metodológico para análise é a constituição do corpus, pois a “análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza.” (id., 1999, p. 64).

Dito isto, as perguntas que norteiam esta pesquisa são: “Que fatores socioeconômicos interferem na concepção da mulher da contemporaneidade?” e “Quais as implicações do distanciamento entre o discurso religioso e político no tocante à imagem da mulher?”.

Para investigá-las, escolhemos para análise um *corpus* de arquivo, composto pela *Plataforma Mais Mulheres no Poder* (2012); as *Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres* (2012), ambas publicadas pelo Governo Federal do Brasil; e textos bíblicos de *Provérbios*, *1Coríntios*, *Efésios*, *1*

Pedro e Tito, dos quais selecionamos treze recortes textuais que se dividem da seguinte maneira:

- Um recorte textual da *Plataforma Mais Mulheres do Poder* (2012);
- Quatro recortes textuais das *Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres* (2012),
- Oito recortes textuais da *Bíblia* (tradução Almeida Revisada Imprensa Bíblica)

Justificamos a quantidade de excertos dos documentos elaborados pelo Governo Federal, devido à sua natureza de ordem sociopolítica que converge os traços discursivos presentes em ambos. Tal natureza o coloca como instrumento de análise dos discursos contemporâneos sobre a mulher, uma vez que se associa ao estabelecimento de direitos, discurso constituinte do sujeito de direito, isto é, o sujeito contemporâneo (Orlandi, 1999, p. 51). Estes aspectos, associados às nossas perguntas de pesquisa justificam a escolha dos excertos bíblicos analisados.

Sendo um estudo de natureza interpretativa e documental-bibliográfica, o corpus será observado a partir das relações entre os discursos, pois entendemos, à luz de Orlandi (1999), que todo discurso dá-se na relação com um discurso antecedente. Assim, sob a hipótese de que há interdiscursos bíblicos nos discursos contemporâneos sobre a mulher, temos como objetivo analisar os excertos da Plataforma “Mais mulheres do poder” (2012) e das Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres (2012), buscando identificar sua relação com o discurso bíblico, considerando a sua profundidade semântica e a materialidade linguístico-discursiva, para apreender os efeitos de sentido que atravessam as palavras e enunciados que os constituem.

Feitas estas considerações, estruturamos esta pesquisa em três capítulos. No capítulo 1, abordaremos as concepções de sujeito. Posteriormente, no capítulo 2, trataremos da constituição das interdiscursividades, no qual elencamos os conceitos de efeitos de sentido, formação discursiva e interdiscurso. Por último, temos o capítulo 3, onde analisamos os interdiscursos bíblicos no discurso contemporâneo sobre a mulher, percebendo os atravessamentos discursivos entre os textos que compõem o *corpus*.

CAPÍTULO 1 - AS CONCEPÇÕES DE SUJEITO

1.1. O SUJEITO DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

Pensar em Análise do Discurso, conforme o próprio nome indica, requer primordialmente refletir sobre o que é discurso, entender como este se constitui. Conforme Dantas (2007, p. 23), o discurso efetiva-se no funcionamento da língua, pois ao utilizar-se da língua, o indivíduo se estabelece como sujeito.

Pêcheux (1990) diz que “é impossível analisar um discurso como um texto” (p.79), isto é, para perceber os sentidos que subjazem os discursos, não é necessário apenas observar a superfície linguística, mas considerar as suas condições de produção (id., ibid., p.79).

Ao explicitar essas condições de produção, Pêcheux identifica como seus elementos estruturais, os participantes do discurso, isto é, os sujeitos, por ‘A’ e ‘B’, esclarecendo que o sujeito não é a pessoa física, o “organismo individual” (id., ibid., p.82), mas que designam lugares determinados na estrutura de uma formação social.

Vemos assim, que o sujeito para Pêcheux (1990) é concebido com base na relação com o outro, haja vista que considerá-lo enquanto social implica em não adotá-lo em sua condição individual e/ou puramente linguística (INDURSKY, 2000, p. 70). Deste modo, interiormente ao processo entre os sujeitos ‘A’ e ‘B’, são produzidas imagens que designam o lugar que os sujeitos atribuem a si mesmos e mutuamente, o que se denomina por formações imaginárias (Pêcheux, 1990, p. 82).

Estas formações são organizadas por Pêcheux (1990), em expressões que as designam, e as significações das mesmas. Como elas estão presentes em todo processo discursivo (id., ibid., p. 83), temos que as expressões de ‘A’ significam a imagem no lugar de ‘A’ para o sujeito colocado em ‘A’ ou a imagem do lugar de ‘B’ para o sujeito colocado em ‘A’, e as expressões de ‘B’ implicam estes mesmos significados imagéticos em relação a ‘A’.

A esta noção de formação imaginária, posteriormente, Pêcheux soma outro conceito, para o estudo do sujeito: o de ideologia. Com isso entendemos que as imagens atribuídas pelo sujeito são também atravessadas por traços ideológicos, conforme abordaremos no tópico a seguir.

1.2. A FORMA-SUJEITO HISTÓRICA

Pêcheux (1988) diz que ideologia nos faz pensar o homem como ser ideológico (id., ibid., p.152), de modo que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” (id., ibid, p. 154), ou seja, a ideologia é uma estrutura elementar do discurso, pois a partir dela se estabelece o sujeito.

Entretanto, ela se configura de modo a inibir seu domínio, produzindo evidências subjetivas, entendendo-se “subjetivas” não como aquilo que afeta o sujeito, mas como o que o constitui (id., ibid., p. 153), e se está em sua constituição, ela é mascarada pela chamada “evidência do sujeito” (id. ibid., p. 155), isto é, a ideia de que ‘eu’ sou a fonte do meu dizer, o que oculta o processo de interpelação e identificação ideológica.

É importante ressaltar que a ideologia apenas se materializa, isto é, se realiza linguisticamente através do sujeito e suas ações de linguagem. Ou seja, sujeito e ideologia, apesar do domínio desta última, são realidades simultâneas (DANTAS, 2007, p.65), pois como vimos, não existe sujeito sem ideologia. Disso resulta que o sujeito para Pêcheux, além de social, é histórico, e conseqüentemente ideológico. (INDURSKY, 2000, p 71), o que Pêcheux (1988) designou por forma-sujeito histórica.

Destacamos também a contribuição de Althusser (1978) para o entendimento da forma-sujeito. Para ele, os seres humanos são sujeitos na história, pois atuam nela. Sendo que isso apenas se dá quando os sujeitos agem nas diversas práticas sociais do “processo histórico” (id., ibid., p. 67), adotando a forma-sujeito, a existência histórica do indivíduo participante das atividades sociais, ou seja, “das relações sociais de produção e reprodução que compreendem necessariamente (...) as relações sociais ideológicas.” (id., ibid., p. 67).

Pêcheux (1988) acrescenta que a forma-sujeito se põe discursivamente em um desdobramento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. O estabelecimento deste último está associado às relações ideológicas mencionadas por Althusser (1978), pois a ideologia dominante de um dado momento histórico constrói um modelo de sujeito adequado às suas concepções, reafirmando a supremacia ideológica, visto que define quem o sujeito deve ser para integrar-se às atividades sociais, atuando na história.

Por isso, quando o sujeito da enunciação situa-se de maneira superposta ao sujeito universal, alinhando seu discurso a dinâmica discursiva da sociedade, temos o que Pêcheux (1988) designa por bom sujeito, que se diferencia do mau sujeito, que toma algum posicionamento discursivo contrário ao do sujeito universal. (id., *ibid.*, p. 215).

Na contemporaneidade, por exemplo, o sujeito universal imposto pelo capitalismo, define como ‘bom sujeito’, o sujeito da enunciação que assume a forma sujeito de direito. A esse respeito, Orlandi (1999) parafraseando Haroche (1987), diz que com as transformações dos vínculos sociais, o sujeito teve que tornar-se “seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito-de-direito” (ORLANDI, 1999, p. 51), que, conforme dissemos, é o sujeito do capitalismo, ou seja, o sujeito atual.

O sujeito contemporâneo está assentado em um pilar contraditório: é um sujeito simultaneamente livre e submisso, pois diferentemente da forma- sujeito religioso, onde se tinha uma submissão explícita, o sujeito- de- direito se submete de maneira menos visível às leis, que são dotadas de direitos e deveres, o que sugere a ideia de liberdade no capitalismo (id., *ibid.*, p. 51).

Considerando a relação entre língua e ideologia, temos que o sujeito utiliza a língua com a ilusão (consequência da ideologia) de que exerce total poder sobre o que diz, determinando suas palavras, sobretudo no que se refere ao sentido das mesmas. Este posicionamento do sujeito como proprietário do dizer é uma característica própria da modernidade (id. *ibid.*, p. 50).

Já vimos que a construção do discurso pressupõe aspectos de diversas ordens (cultural, social, política, linguística, entre outras), e como o sujeito-de-direito está inserido em um contexto social bem demarcado, que é a sociedade capitalista, os traços discursivos do sujeito contemporâneo obedecem aos princípios do capitalismo. E que princípios seriam esses? Para apreendê-los é necessário pensar nas transformações das relações sociais.

Orlandi (2007), baseada em Touraine (1991), aponta que “nós nos tornamos uma sociedade de segregação” (ORLANDI, 2007, p. 15), ou seja, não se tem uma gama de classes sociais, diversas possibilidades de enquadramento dos indivíduos, ou se está dentro ou fora. Assim, para não ser segregado, separado, “é preciso fazer o próprio lugar para ser reconhecido, tornar-se o vendedor da própria vida. Para existir, para ser reconhecido, é preciso ser útil e produtivo.” (id., *ibid.*, p. 16).

Este “fazer o próprio lugar” remete a outro traço capitalista que é o individualismo, o que marca o sujeito contemporâneo, por meio de estratégias de individualização utilizadas pelo Estado capitalista, dentre as quais temos o trabalho, que gera condições para que o indivíduo se encaixe na sociedade, identificando-se em sua estrutura (id., 2012, p. 217). Mas identificar-se nessa estrutura adequando-se a ela, significa vender a própria vida, sugerindo a transformação que o capitalismo faz com os sujeitos que é torná-los mercadorias, o que também se evidencia no discurso.

A transformação em mercadoria evoca outra base capitalista: o consumo. Consomem-se não só produtos de fábrica, mas sobretudo produtos culturais que interferem na personalidade (id., 2007, p. 16) e, por conseguinte, na constitutividade discursiva do sujeito contemporâneo.

Focando o caráter interdisciplinar da Análise do Discurso, consideramos essencial refletirmos brevemente sobre algumas marcas contemporâneas, como o consumo. Elencamos as nuances deste tema dentro de uma perspectiva sociológica, esboçada no tópico a seguir.

1.2.1. CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR SOCIOLÓGICO

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, atesta em algumas de suas obras a metamorfose do indivíduo contemporâneo frente ao capitalismo, delineada no tópico anterior.

Especificamente no livro *Vida para consumo* (2008), no qual baseamos o viés sociológico aqui esboçado, Bauman (2008) afirma que para que os indivíduos alcancem os méritos sociais desejados, exige-se que “remodelem a si mesmo como mercadorias, ou seja, como produtos que são capazes de obter atenção e atrair demanda e fregueses.”(id., *ibid.*, 2008, p.13)

A mercadorização do sujeito repercute nas relações humanas, de modo que as interações tendem a ser caracterizadas pelo contato entre potenciais consumidores e potenciais objetos de consumo, firmando assim a sociedade de consumidores (id., *ibid.*, p. 19), isto é, a sociedade contemporânea.

Um princípio elementar desta sociedade de consumidores está na transformação do indivíduo em mercadoria, o que já dissemos anteriormente. Justificamos o uso nesta afirmação do termo ‘indivíduo’ no lugar de ‘sujeito’, por

considerarmos que na contemporaneidade, ninguém se torna sujeito sem antes mercadorizar-se, assim como a subjetividade apenas é assegurada se forem mantidas as aptidões esperadas de uma mercadoria à venda (id., ibid., p. 20), visto que esta atitude evoca princípios capitalistas, nos quais ecoam ideologias, e se há ideologia, firma-se o sujeito, assegurando sua subjetividade.

Destacar-se pelas aptidões é o estímulo ao engajamento dos consumidores nas práticas de consumo, pois isto abre caminhos para sair da invisibilidade e diferenciar-se das outras mercadorias, concentrando a atenção dos consumidores. (id., ibid., p. 21). Tal concepção evoca o individualismo dos sujeitos da contemporaneidade, uma vez que se centra no preocupar-se com o desenvolvimento de suas habilidades a fim de alcançar uma posição de destaque em relação aos outros.

No tocante ao individualismo, ele é enraizado na sociedade devido ao que diz Bauman (2008), apontando que “o consumo é uma atividade um tanto solitária” (id., ibid, p. 101), uma vez que dele não “emergem vínculos duradouros. Os vínculos que conseguem se estabelecer no ato do consumo podem ou não sobreviver ao ato; [...]” (id., ibid, p. 101), do que resulta um sujeito contemporâneo estabelecido em uma base individualista. A solidão imposta pelo consumo reforça ainda mais este aspecto, pois o estar sozinho, fruto da solubilidade das relações interpessoais, favorece a construção do indivíduo centrado em desenvolver exclusivamente as suas habilidades, sem preocupar-se com o outro e, conseqüentemente, tornando-se apto a competir no mercado, o típico sujeito do capitalismo.

Este sujeito enuncia com base nos discursos que o constituem e que são intrínsecos a formações discursivas, para as quais os sentidos, já advindos de outras formações discursivas, encontram-se em um contínuo processo de estabilidade e desestabilidade. Dito isto, para que se possa analisar os aspectos discursivos contemporâneo no tocante à imagem da mulher, faz-se também necessário compreender os conceitos de efeitos de sentido, formação discursiva, interdiscurso e interpretação, assuntos do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - A CONSTITUIÇÃO DA INTERDISCURSIVIDADE

2.1. OS EFEITOS DE SENTIDO E A FORMAÇÃO DISCURSIVA

Pêcheux (1990), quando trata das formações imaginárias, faz menção a sequência linguística dirigida do sujeito 'A' ao sujeito 'B' dizendo que não podemos analisá-la segundo uma transmissão de informação, pois dadas as propriedades do discurso, trata-se de um “efeito de sentido” (id, ibid., p. 82)

Para apreender tais sentidos, é preciso considerar a interdiscursividade que subjaz as palavras e enunciados produzidos pelo sujeito. Deste modo, vemos que os sentidos produzidos em seu discurso inserem-se em formações discursivas, nas quais ecoam formações ideológicas (ORLANDI, 2012, p. 230). Ou seja, é a ideologia que subsidia as proeminências que indicam que uma palavra ou enunciado digam o que de fato queriam dizer, e ainda escondem o que Pêcheux (1988) irá chamar de *caráter material do sentido*, a dependência ideológica dos sentidos:

- 1) [...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] (id., ibid., p. 160)

Com esta afirmação Pêcheux (1988) desconstrói a ideia do sentido literal, mostrando que a palavra significa em si mesma, mas que sua significação está associada ao discurso, isto é, a uma formação discursiva, que é o lugar da constituição do sentido

- 2) Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]. (id, ibid. p. 162)

Pêcheux (1988) reforça assim o papel da ideologia na produção de sentidos, e, por conseguinte, na formação discursiva, visto que, como ele destaca, com base

em Henry (1974), o sujeito apenas se faz sujeito em seu discurso quando se identifica com formação discursiva que exerce domínio sobre ele (Pêcheux, 1988, p.214). O sentido excede a superfície linguística, uma vez que se constitui discursivamente, definindo-se pelas condições ideológicas que circundam o quadro sócio-histórico em que está inserido.

Entendida a concepção de 'sentido' depreende-se desta a noção de *efeito de sentido*, que pode ser entendido como o trabalho discursivo atravessado nas palavras e expressões (DANTAS, 2007, p.48). Em suma, temos que a repetição ou modificação dos sentidos sugere que as palavras, expressões, proposições, etc., têm seu sentido modificado a partir das posições ideológicas tomadas por aqueles que as utilizam, destarte, o sentido é adquirido baseado nas formações ideológicas e, por conseguinte, nas formações discursivas em que essas posições subjetivas se inserem (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Pêcheux (1988) enaltece mais uma vez o fator sócio-histórico que, somado à ideologia, fundam-se como elementos relevantes para as concepções arraigadas na Análise do Discurso. Então, para ele, a formação discursiva é aquilo que define o que pode e deve ser dito, baseado em uma formação ideológica.

Se o dizer é definido por uma formação discursiva, respaldado por ideologias, quando o sujeito enuncia, se insere em uma formação discursiva, ocupando o lugar de sujeito de discurso. A esse respeito, Grigoletto (2007) tece uma reflexão, com base em Pêcheux (1995), sobre o lugar social (empírico) e discursivo:

o lugar discursivo é determinado não só pelo lugar social, mas também pela estrutura da língua, materializada no intradiscurso. Assim, tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. (GRIGOLETTO, 2007, p. 129)

O lugar social e discursivo são realidades imbricadas, todavia precisamos ter a clara noção de que a formação discursiva compreende o lugar discursivo. O sujeito, situado neste espaço, manifesta em seu discurso a miscelânea de elementos históricos, políticos, religiosos, jurídicos, etc., o que é agravado pela heterogeneidade entre regiões e sociedades, de modo que um mesmo indivíduo pode construir um discurso advindo de vários lugares, podendo ser até de lugares conflitantes (DANTAS, 2007, p. 52). A heterogeneidade conferida à formação

discursiva reflete o motivo pelo qual foi pensado este conceito, introduzido por Foucault (1995), para resolver este “tumulto” discursivo:

No caso em que se puder, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção que se trata de uma *formação discursiva*.” (id., *ibid.*, 1995, p. 43)

Neste conceito de Foucault (1995) é interessante observar o uso das expressões: “se puder” e “regularidade”. O “se puder” evoca uma possibilidade, ou seja, realizar essas definições não se configura como uma obrigatoriedade, uma sistematização que sempre pode e deve ser feita, pelo contrário, faz-se apenas “se puder”, quando ela é possível, exequível. No tocante ao termo “regularidade”, vê-se que Foucault (1995) reconhece que pode haver uma harmonização entre os enunciados, mas nunca uma igualdade, de modo que podem ser identificados aspectos que lhes confirmam relativa unidade, “regularidade”.

O que Foucault (1995) indica? De sua afirmação podemos ver que no interior de uma formação discursiva há uma essência heterogênea, pois os enunciados que a compõem terminam sempre apresentando traços que os distinguem, sendo assim semelhantes, mas não iguais, de modo que também se torna difícil definir regularidades entre eles, pois há uma linha tênue entre as suas especificidades, acarretando agrupamentos enunciativos cujas propriedades podem ser divergentes, assegurando a heterogeneidade dessas formações.

Retomando o que Pêcheux (1988) nos fala sobre formação discursiva, podemos observar que ela oculta sua dependência do “todo complexo com dominante” (id., *ibid.*, p. 162). Mas o que é esse “todo complexo”? Pêcheux (1988) chama-o de interdiscurso, “que reside no fato de que ‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’ (id., *ibid.*, p. 162), ou seja, quando o sujeito enuncia, o seu discurso está impregnado de outros, advindos de outros lugares e de outros sujeitos, este grupo de discursos que atravessam a enunciação subjetiva é o interdiscurso (DANTAS, 2007, p. 73).

2.2. O INTERDISCURSO

A relação entre interdiscurso e formação discursiva, está em ser o interdiscurso o ambiente em que se estabelecem os artefatos dos quais o sujeito se apropria para torná-los componentes de seu discurso, que será produzido sob o domínio de uma formação discursiva. (GREGOLIN, 2007, p. 175)

A determinação das formações pelo interdiscurso dá-se porque ele por si próprio já é um conjunto de formações discursivas, além disso, estas são configuradas pelo mesmo, pois os saberes que não integram uma dada FD, a partir de uma dada conjectura e um determinado período, passam a fazer parte de sua composição, reafirmando a estrutura heterogênea das formações discursivas (INDURSKY, 2007, p. 163). É o interdiscurso que concede dizeres que interferem na forma como o sujeito constrói sentidos em uma situação discursiva (ORLANDI, 1988, p. 31).

Este interdiscurso, conforme expõe Pêcheux (1988), está atrelado às formações ideológicas, então se os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia, indica-se que a ação da ideologia dá-se através das formações ideológicas e, conseqüentemente, pelo interdiscurso interiorizado nessas formações (id., *ibid.*, p. 162). Essa relação de dependência ideológica do sujeito não é percebida pelo mesmo, dada a transparência da linguagem, mas o fato é que se o sujeito se estabelece como sujeito do discurso quando identifica com a formação discursiva, como já dissemos, essa identificação também se estabelece com o interdiscurso, vista a sua intrínseca relação com esta formação.

Dantas (2007) acrescenta ainda que há quatro maneiras mais comuns dos discursos retomarem outros discursos específicos, ou seja, dos interdiscursos se manifestarem, a saber: reconstrução, que se dá quando se diz algo que todos já sabem, esquecendo desse fato; a confirmação, na qual todas as vozes convergem para um mesmo objetivo; a contradição, que acontece quando as diferentes vozes divergem e atribuem lugares diferentes de sentido no mesmo espaço discursivo; e a polêmica, na qual temos diversas vozes, mas no mesmo lugar do dizer do sujeito. (id., *ibid.*, p. 74-75).

As diversas manifestações do interdiscurso atestam que o sujeito tem sua enunciação influenciada por diversos discursos que integram a sua compleição,

discursos estes que nascem em formações discursivas encontradas “em constante processo de estabilização e desestabilização” (FERREIRA, 2009, p. 223).

A este respeito vemos que é na relação entre o sistema linguístico e a formação discursiva que se situa a realização de práticas discursivas, que permitem aos sujeitos produzir e reconhecer os sentidos. Destacamos o sistema linguístico porque ele é a “base comum de processos discursivos diferenciados” (GREGOLIN, 2007, p. 175), que atrelado à formação discursiva, que define o que pode e dever ser dito, embasado em uma formação ideológica, firma-se como um instrumento de construção e compreensão dos sentidos.

Esta compreensão dos sentidos suscita outro conceito que é o de interpretação. Como as construções linguísticas do sujeito são permeadas por ideologias, a forma como ele mobiliza os sentidos nestas construções denunciam gestos de interpretação, que são apontados por Orlandi (1996), como “o lugar próprio da ideologia” (id.,ibid., p. 18), ou seja, a interpretação se estabelece a partir de um lugar na história e na sociedade no qual se situa o sujeito que enuncia.

Posto o aparato teórico no qual alicerçamos este trabalho, iniciamos nossa análise apresentada no capítulo posterior.

CAPÍTULO 3 – OS INTERDISCURSOS BÍBLICOS NO DISCURSO CONTEMPORÂNEO SOBRE A MULHER

Conforme exposto anteriormente, o *corpus* analisado é composto por recortes textuais (doravante RT) dos livros bíblicos: Provérbios, 1Coríntios, Êxodo, 1 Pedro e Tito; da *Plataforma Mais Mulheres no Poder* (identificada na análise pela sigla PMMP), publicada em 2012, pelo Governo Federal, e das *Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres* (identificada na análise pela sigla OCSPM) , também publicada em 2012, pelo mesmo órgão, nas quais observamos a interdiscursividade e suas implicações no discurso contemporâneo sobre a mulher. Passemos à análise.

3. OS INTERDISCURSOS BÍBLICOS NO DISCURSO CONTEMPORÂNEO SOBRE A MULHER

Para analisar a constitutividade do discurso sobre a mulher na contemporaneidade, partimos do recorte textual abaixo:

[RT1] um dos principais instrumentos para a efetivação das políticas para as mulheres é a constituição de Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsáveis pela elaboração, articulação, coordenação e execução das políticas de todo o governo, visando à promoção da igualdade e autonomia das mulheres (OCSPM, p. 2)

Ao tratar da importância da criação de Secretarias de Políticas para as Mulheres, o governo cria a imagem de que os governos anteriores não institucionalizavam órgãos responsáveis por políticas para as mulheres, o que se sustenta na imagem que o governo supõe ter as mulheres: as políticas são feitas por homens e para homens. Vemos assim a defesa de uma ideologia de esquerda, que favorece os sujeitos que estiveram fora do poder, o que está discursivamente marcado no recorte textual através dos termos “responsáveis” e “promoção”, que atribuem ao sujeito “mulher” a força de assumir a si própria como instauradora de uma nova realidade.

Observamos que neste excerto nega-se discursivamente a tradição da mulher submissa e propõe uma mulher contemporânea inovadora, porque “elabora, articula, coordena e executa” suas próprias políticas, o que se insere em uma formação discursiva inovadora. Esta referência à mulher submissa associa-se à formação

discursiva cristã, negando-a. Negar um discurso é também remeter a ele, de modo que “ele pode ser percebido como a presença do outro no interior do discurso que o nega.”. (MUSSALIM, 2001, p. 128).

Esta negação entre os discursos leva-nos a adicionar outra configuração do interdiscurso às expostas por Dantas (2007): a desconstrução (ou negação), pois se retoma o discurso bíblico para negá-lo, o que se constitui como um processo de interdiscursividade. Associado a isto, percebemos o gesto de interpretação dos textos bíblicos, e como “a interpretação sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade” (ORLANDI, 1996, p. 18), é relevante considerar que o sentido negativo conferido à imagem da mulher submissa, exposta no documento em análise, é atravessado por discursos dominantes nas práticas discursivas contemporâneas, a respeito daqueles que circundam os princípios capitalistas, haja vista que os sentidos formados no interior de uma formação discursiva obedecem a aspectos ideológicos. Dito isto, entendemos que há alguns textos bíblicos que fazem referência à submissão da mulher, que são referidos no excerto acima. Vejamos um exemplo:

[RT2] as mulheres estejam caladas nas igrejas; porque lhes não é permitido falar; mas estejam submissas como também ordena a lei. E, se querem aprender alguma coisa, perguntem em casa a seus próprios maridos [...]. (1 Coríntios 14:34-35)

Ao caracterizar as propriedades discursivas da FD cristã em uma análise, Mussalim (2001) coloca a possibilidade de ela ser enunciada com base em um espaço ideológico que “valoriza a convivência pacífica e equilibrada de um sujeito consigo mesmo e com o próximo” (id., ibid., p. 126), deste modo, uma das possibilidades de construção dos textos bíblicos, pode ser configurada com base nesta concepção da autora.

Feita esta ressalva, vemos que no RT 2 se estabelece a imagem da mulher submissa. Manifestando-se o discurso de poder de decisão sobre o homem, alicerçado pelo efeito de sentido da expressão “estejam caladas”. São delimitados também lugares em que deve haver este ‘silêncio’ feminino, os espaços de poder e decisão, pois na igreja, que se constitui imagetivamente como um espaço de transmissão de ensino pelas autoridades e, por conseguinte, um ambiente em que se situam discursos de poder, as mulheres devem estar caladas, entretanto este silêncio não se efetiva como uma proibição da interlocução feminina, pois se abre

espaço para que ela dialogue com o marido em um ambiente reservado a ambos, nesse caso, o ambiente doméstico.

Ou seja, a mulher tem voz, pois ao dar espaço para que ela questione o marido, isso pode acarretar mudanças no próprio discurso do homem, pois segundo Passeti (2007), o processo discursivo de pergunta e resposta pode tornar-se polêmico, uma vez que ao perguntar, o sujeito pode realizar um trabalho sobre o Outro discurso, que obrigue o interlocutor a atender ou a justificar o não atendimento da demanda da pergunta, assim como respondê-la sem exceder os limites semânticos da formação discursiva na qual o discurso se insere. (id., *ibid.*, p. 277), ou seja, ao perguntar publicamente a mulher poderia deslocar a autoridade do homem.

Deste modo, ao situar os espaços de interlocução feminina acrescenta-se à imagem da mulher submissa, o efeito de sentido de que a mulher deve cooperar com o discurso masculino, visto que sua pergunta pode provocar reflexões, e, por conseguinte, complementá-lo, ou descartar alguns dos elementos que o compõem; e não desconstruí-lo para firmar um discurso próprio, preservando a autoridade do homem. Para complementar o sentido de ‘submissão’ nesta perspectiva discursiva, recorreremos a uma concordância bíblica, na qual vimos que o termo ‘submissão’, no grego ‘hupotasso’ (ὑποτάσσω = hupotasso), é um termo militar grego que significa “organizar [divisões de tropa] numa forma militar, sob o comando de um líder”. Em uso não militar, como no excerto em foco, é “uma atitude voluntária de ceder, cooperar, assumir responsabilidade, e levar uma carga.” (STRONG, 2002, p. 211).

Com este conceito, observa-se que, de fato, o sentido de uma palavra é definido pelas posições ideológicas que atuam no quadro sócio-histórico na qual a mesma é produzida (PÊCHEUX, 1988, p. 160), pois esta significação de ‘submissão’, enquanto atitude voluntária de cooperar, colocando-se em um lugar de invisibilidade, uma vez que, a manifestação da mulher não se dá em um lugar público, não seria aceita na formação discursiva em que se insere a forma-sujeito de direito, pois na sociedade contemporânea, considerando as relações de mercado que a dominam, ser invisível é sinônimo de ser inútil, insignificante, inexistente (ORLANDI, 2012, p. 222).

Com isso, vemos que a forma-sujeito do capitalismo atribui discursivamente à imagem da mulher, lugares de visibilidade social, cuja valorização sustenta-se em ideologias, o que observamos no excerto abaixo:

[RT3] as políticas universais – como educação e saúde – não foram capazes de assegurar o acesso e qualidade no atendimento a todos os grupos populacionais (OCSPM, p. 3)

Identificamos a formação discursiva política, uma vez que é construído o discurso de enaltecimento do governo vigente em detrimento do governo anterior, isto é, há um discurso de fortalecimento político através das críticas feitas ao antigo governo, pois ao qualificar as políticas universais como “incapazes”, critica-se, implicitamente os responsáveis pelas políticas. É importante ressaltar que o governo brasileiro foi assumido em 2012, ano de publicação do documento, pelo mesmo partido ao qual pertencia o governo anterior, o PT. Este conflito político interior ao partido evidencia que ao assumir o poder, o sujeito constrói um discurso de defesa própria, que se sobrepõe às alianças políticas estabelecidas.

Conforme PIOVEZANI (2006), a busca pela credibilidade e legitimidade é sempre constante no campo discursivo político, o que observamos no excerto em tela. Esses fatores associam, neste caso, a formação discursiva política e a inovadora, pois na contemporaneidade, é necessário legitimar-se, isto é, validar-se não apenas no espaço político, mas em qualquer função exercida (id., ibid., p. 252), ou seja, o sujeito precisa provar o seu valor, o que implica em se tornar uma mercadoria, vendendo a si próprio, sinalizando as vozes do capitalismo.

Como o discurso deve ser concebido em uma relação sócio-histórica, vemos que essa crítica aos governos anteriores está vinculada a crítica do homem enquanto responsável pela liderança, pois em 2012, temos como marco histórico a ascensão da primeira mulher ao cargo de Presidente da República no Brasil, ou seja, não é só uma questão política, mas de validação da mulher em um lugar de poder, discurso interior a formação discursiva inovadora, o que se reafirma com o recorte textual abaixo:

[RT4] No seu discurso de posse, a Presidenta assumiu o compromisso de honrar, em cada ato e decisão, as brasileiras (PMMP, p. 2)

A expressão “honrar as brasileiras” implica no efeito de sentido de conceder exclusividades para as mulheres, não desenvolvendo um governo de perspectiva igualitária, o que está inserido na formação discursiva política presente no RT 3, quando faz referência a “todos os grupos populacionais” e também no RT1, na expressão “igualdade”, usos estes que tornam este discurso contraditório, pois ao passo que defende-se a igualdade, há um reforço da diferença, pois a mulher terá o poder. Considerar estas políticas como “incapazes”, implica que os homens são ineficientes em suas políticas, devendo a mulher assumir o governo.

Esta contradição justifica-se pela própria configuração discursiva das relações de poder, pois ao exercê-lo, o sujeito pode propor regras adequando o jogo de poder com modificações que o agradem, reiniciando novamente o ciclo de dominação (TESSER, 2000, p. 153-154). Observamos assim, o discurso da centralidade do poder na mulher, haja vista que se faz referência à presidência da república ser atualmente assumida por uma mulher, que promete atender as mulheres “em cada ato e decisão tomada”, ou seja, veicula-se um interdiscurso de construção de novas desigualdades, que se contradiz ao discurso de igualdade, no qual o documento diz sustentar-se, e que implica em atribuir um lugar de inferioridade a imagem do sujeito que está fora do poder, o que constitui o efeito de sentido de “submissão”, e conseqüentemente, um lugar de superioridade a imagem do sujeito que está no poder, instaurando o efeito de sentido de “autoridade”.

Essa relação de desigualdade baseada no poder apresenta implicações discursivas relacionadas à competitividade da sociedade do consumo, pois é construída a imagem de que a mulher só terá valor quando assumir o poder, ou seja, para que seja legitimada socialmente, uma vez que o posicionamento político suplantado pelo sujeito apresenta como solução à incapacidade das políticas universais, a ascensão da mulher aos espaços de poder e decisão. Tal discurso insere-se mais uma vez na formação discursiva inovadora, estabelecendo uma relação interdiscursiva bíblica de negação, como podemos observar em alguns recortes bíblicos:

[RT5] Não seja o seu adorno o enfeite exterior dos cabelos trançados, das guarnições de renda de ouro ou da compostura dos vestidos, mas seja o [...] que está escondido no coração, no vestido incorruptível de um espírito manso e tranquilo, que é de grande estima [...]. (1 Pedro 3:3-4)

Aqui veicula-se a imagem de que a atitude interna de mansidão e tranquilidade deve ser a base constitutiva da subjetividade da mulher, o que repercutirá em uma postura de submissão. Deste modo, ideologicamente a submissão não advém da imposição de uma autoridade sobre o sujeito mulher, mas de uma atitude própria de ceder à autoridade do outro. Cabe ressaltar que assumir essa posição de submissão não representa, no texto em análise, ser inferior, menos importante, isto é, estar em desigualdade com aquele que assume a autoridade, haja vista que o excerto indica que tal postura “é de grande estima”.

Na Bíblia, portanto, não há o discurso de desigualdade entre homem e mulher, não é construída a imagem de superioridade do homem sobre a mulher, embora exerçam papéis distintos. Um outro aspecto importante do excerto em tela é a valorização da interioridade do sujeito mulher, no lugar da exterioridade, isto é, na perspectiva bíblica defende-se ideologicamente o que o sujeito é, em termos de personalidade, como mais importante do que o que o sujeito tem, a respeito das posses materiais e adereços exteriores. Há então uma oposição ao discurso capitalista de mercado, que supervaloriza a capacidade de compra e, por conseguinte, de obtenção de capital, colocando o trabalho como um instrumento de dominação e individualização do sujeito. Tal propriedade discursiva evoca os princípios sociais que interferem no ponto de vista sobre o lugar da mulher alicerçado no discurso bíblico, sob a ótica do discurso político em análise, de modo que se identifica que a mulher está em uma relação de desigualdade. Analisemos mais um excerto:

[RT6] As desigualdades entre mulheres e homens não são um dado da natureza, mas são construídas na sociedade, reafirmadas e reproduzidas em distintas instituições. São alicerçadas [...] na exclusão das mulheres dos espaços de poder e de decisão e na responsabilidade do trabalho doméstico e cuidado dos filhos e da família como tarefa exclusiva das mulheres. (OCSPM,p. 4)

Aqui expressamente coloca-se o discurso da desigualdade de gênero na imagem de que a mulher deve ocupar “espaços de poder e decisão”, expressando uma ideologia de esquerda. Fortalece-se também a instauração de uma nova realidade, na qual a mulher, ao ser autônoma, assumindo a si própria, não tem mais a função exclusiva de mãe e cuidadora do lar. Os papéis sociais distintos entre

homem e mulher são entendidos pelo viés do discurso da desigualdade de gênero, pois não se aceita que homens e mulheres exerçam funções diferentes, visto que assumir papéis diferentes implica em uma relação de desigualdade, conforme mostra o excerto em tela, no qual se diz que a desigualdade é “alicerçada” pela ausência de mulheres no poder e pelas atribuições domésticas femininas.

Embora se considerem estes elementos como alicerces da desigualdade, no excerto há uma consideração importante sobre a “construção social da desigualdade”, com esta ressalva o documento em análise evidencia um aspecto discursivo que justifica a subjetividade discursiva contemporânea, demonstrando a causa ideológica desta busca pela emancipação feminina materializada discursivamente na atribuição de poder à mulher, pois sendo a sociedade contemporânea marcada pelo consumo exacerbado resultante da ideologia capitalista, que se caracteriza pela supervalorização do trabalho enquanto instrumento de ascensão social do sujeito, a mulher contemporânea insere-se nesta corrente ideológica que circunda as relações sociais, deste modo, permanecer na função de esposa, mãe e cuidadora da casa, sem autonomia financeira, sem enquadrar-se no mercado de trabalho, sem estar nos “espaços de poder e decisão”, segundo o imaginário contemporâneo é ser irrelevante socialmente, estar à margem, ou seja, estar em uma posição de desigualdade em relação aos homens.

Com isso vemos que o próprio discurso de desigualdade de gênero, e, por conseguinte, o discurso de poder à mulher, é estabelecido por correntes ideológicas capitalistas que subjazem ao discurso sobre a mulher e sua relação com economia, trabalho e comportamento, ou seja, a inferioridade atribuída à mulher é uma construção social, a qual é referenciada no documento em análise, mas de maneira não consciente, o que ratifica o funcionamento das ideologias na constitutividade do discurso, que dão ao sujeito a sensação de que ele é dono do que diz quando, na verdade, ele é determinado pelas concepções ideológicas que subjazem o discurso.

No RT 6, observamos uma remissão à formação discursiva cristã, na qual a formação discursiva inovadora também presente no excerto, nega a formação discursiva cristã, retomando o interdiscurso bíblico ao referir-se à “exclusão da mulher dos espaços de poder e decisão”, o que traz à baila o discurso bíblico da mulher submissa. Além da expressão “exclusividade do cuidado dos filhos e da família” cujo efeito de sentido retoma a atribuição bíblica para o papel mulher,

negando alguns de seus possíveis sentidos, uma vez que, o termo “exclusividade” estabelece o sentido de que ao homem não é atribuído o papel de cuidar dos filhos e que a mulher é proibida de trabalhar fora de seu ambiente doméstico, o que nos leva a analisar mais um excerto bíblico:

[RT7] O coração do seu marido confia nela [...]. Ela lhe faz bem, e não mal, todos os dias da sua vida. [...] Considera um campo e compra-o, [...]. Cinge os seus lombos de força, e fortalece os seus braços. Prova e vê que é boa a sua mercadoria; [...]. Conhece-se o seu marido nas portas, quando se assenta entre os anciãos da terra. Faz vestidos de linho, e vende-os, e entrega cintas aos mercadores. [...] Levantam-se seus filhos, e lhe chamam bem-aventurada, como também seu marido, que a louva, [...], e louvem-na nas portas as suas obras. (Provérbios 31:10-31)

Observamos neste excerto a imagem da mulher associada ao trabalho: proprietária de mercadorias, vendedora de seus próprios produtos, fornecedora para mercadores. A mulher tem poder aquisitivo próprio, discurso que também se mostra textualmente através de “Considera um campo e compra-o”. Isso não manifesta a ideologia do trabalho como ferramenta de individualização do sujeito mulher, instaurando sua independência, o trabalho insere-se no discurso bíblico da mulher como cooperadora, de modo que o “coração do seu marido confia nela”, ou seja, a mulher gera confiança em sua autoridade, pois o seu trabalho e as suas aquisições estão ancorados em uma atitude de respeito e cooperação, uma vez que “ela lhe faz bem, e não mal”.

Com isso percebemos que a construção discursiva bíblica do sentido da mulher submissa não se vincula à imagem da mulher nula, incapaz, pelo contrário, a mulher bíblica, assim como vimos no fragmento em tela, é dinâmica, forte, tem autonomia para adquirir bens e propriedades, mas tudo isso está fundamentado em uma atitude de contribuição com o homem. O resultado desta atitude feminina é o reconhecimento público do homem, o que também é referido no trecho analisado anteriormente: “Conhece-se o seu marido nas portas, quando se assenta entre os anciãos da terra”, criando a imagem de que a postura feminina acarreta a valorização do homem, retomando as formações imaginárias apresentadas em fragmentos já observados.

Também se reforça discursivamente o valor da mulher, demarcado textualmente em “Levantam-se seus filhos, e lhe chamam bem-aventurada, como

também seu marido, que a louva”, a partir disso vemos a novamente a imagem de que a submissão não tem o sentido de inferioridade, pois não apenas os filhos, assim como o marido a louva. O homem, que exerce a autoridade, valoriza ao sujeito mulher. Além disso, os seus traços comportamentais concedem-na reconhecimentos externos ao ambiente doméstico: “e louvem-na nas portas as suas obras”, disto vê-se que a invisibilidade feminina, também já abordada neste percurso analítico, converte-se em visibilidade, que advém imagetivamente da mulher submissa, auxiliadora.

Retornando à observação do RT6, ressaltamos novamente o efeito de sentido da “igualdade” nos discursos. No discurso bíblico, a igualdade consiste em que homem e mulher exerçam papéis distintos, não consistindo essa diferença em desigualdades. Nas falas contemporâneas, os padrões discursivos de igualdade são reconstruídos, de modo que a igualdade está em que homens e mulheres exerçam os mesmos papéis sociais ou que suas atribuições sejam invertidas, isto é, que homem e mulher permutem suas típicas funções sociais, desconstruindo o discurso bíblico.

Biblicamente, o cuidado dos filhos e da família não se constitui como uma atribuição restrita a mulher, haja vista que se o homem é colocado como responsável pela estrutura familiar, podemos inferir que também é responsabilidade dele formá-los, ao analisarmos os lugares focalizados nesta afirmação, percebemos que não se trata apenas de chamar atenção do homem para o seu papel, mas de impor a troca de lugares sociais normalmente ocupados pelos sujeitos, construindo o discurso das mudanças de papéis entre homem e mulher, o que referencia o discurso bíblico desconstruindo-o, visto que destacam-se os “espaços de poder e decisão” e o ambiente doméstico, defendendo implicitamente que as mulheres deveriam estar no poder e os homens no ambiente doméstico, firmando-se novamente o discurso da desigualdade, e de negação ao discurso bíblico, o que se manifesta em outro recorte textual:

[RT8] A construção de atribuições sociais distintas para homens e mulheres e as representações sociais a respeito de suas diferentes características formam a base a partir da qual se estabeleceram relações de desigualdade entre os sexos, que impactam negativamente a vida da população feminina, até hoje. (OCSPM,p. 3)

Neste excerto cria-se novamente a imagem de que a mulher é inferior ao homem devido às diferenças entre os papéis sociais tipicamente exercidos pelos mesmos, conferindo à mulher um impacto negativo em sua subjetividade. Ao utilizar a expressão “até hoje” faz-se menção a um marco na história da humanidade que trouxe estas atribuições distintas para o homem e para mulher. Este fato indica implicitamente a imagem de que a Bíblia configura-se como sob o domínio do machismo, que não contempla a mulher, trazendo efeitos negativos para “a vida da população feminina até hoje”.

No RT 8, portanto, percebemos que a formação discursiva inovadora manifesta-se mais uma vez negando a formação discursiva cristã, expondo de maneira mais explícita, o discurso de crítica às próprias formações ideológicas que fundamentam esta formação discursiva, visto que as atribuições e representações sociais distintas para o homem e a mulher, conforme apontamos e analisamos, são característicos da formação discursiva cristã. Essas distinções são tidas na perspectiva da formação discursiva inovadora, como a base da desigualdade, ou seja, discursivamente considera-se que as formações ideológicas da formação discursiva cristã constituem-se pela desigualdade, sendo então esta formação discursiva considerada como a base da desigualdade de gênero, remetida a supervalorização do sujeito homem em detrimento do sujeito mulher, negando alguns dos discursos característicos da formação discursiva cristã, que além dos excertos já analisados podem ser observados em outros recortes bíblicos:

[RT9] Igualmente vós, maridos, vivei com elas [...] dando-lhes honra.
(1 Pedro 3:7)

Observamos anteriormente no RT 7, que a figura de autoridade, o homem, louva a mulher. Ou seja, discursivamente é construída a imagem de que ser autoridade não é desprezar o outro, sentindo-se superior, portanto, o efeito de sentido bíblico de “autoridade” dá-se em não favorecer um determinado grupo, o que confere a igualdade, pois ter autoridade não implica em ser mais valorizado, mas que as funções devem ser desempenhadas, prezando-se pelo mútuo reconhecimento, pois a mulher respeita ao homem, e o mesmo a honra, conforme mostra o RT9.

Vemos mais uma vez que a autoridade concedida ao homem, observada em fragmentos anteriores, não estabelece a imagem do homem como maior prestigiado,

isto é, não há a comparação de valores entre as funções exercidas por homens e mulheres. Esta concepção abrange discursivamente o modo como deve funcionar o desempenho da autoridade masculina:

[RT10] Assim devem os maridos amar a suas próprias mulheres
(Efésios 5:28)

O homem é direcionado a amar a mulher, e se ele é autoridade, isto implica discursivamente em exercer sua autoridade com amor. Para apreender o sentido discursivo do termo “amor” na perspectiva bíblica, utilizamos outro recorte textual:

[RT11] o amor não é invejoso; o amor não se vangloria, não se ensoberbece, [...], não busca os seus próprios interesses (1 Coríntios 13:4-5)

Com este excerto identificamos que a imagem do homem enquanto autoridade implica em não buscar seus interesses, com atitudes egocêntricas, assim como não considerar-se mais importante do que a mulher, discurso que é indicado textualmente através de “não se vangloria, não se ensoberbece”. Deste modo, constrói-se novamente a carga semântica da “autoridade” no discurso bíblico, que subjaz uma perspectiva ideológica de que não se deve favorecer um grupo específico a quem é instituído o poder de decisão, neste caso, o grupo masculino, mas visa-se também o benefício do outro, que nesta conjuntura analítica, é representado pelas mulheres.

A fim de complementar as possibilidades de sentidos vinculados ao discurso bíblico, analisamos ainda outro excerto:

[RT12] para que ensinem as mulheres novas a amarem aos seus maridos e filhos, a serem [...] operosas donas de casa (Tito 2:4-5)

Destacamos aqui a relação da mulher com os filhos, na qual a mulher é direcionada a amá-los. Entendendo que no discurso bíblico, o “amor” opõe-se a uma atitude egocêntrica, visto que “não busca os próprios interesses” (1 Coríntios 13:5), constrói-se portanto, neste excerto, a imagem de que a mulher busca dedicar-se aos filhos, e não apenas a si mesma.

Dedicar-se aos filhos implica em atender suas necessidades materiais, físicas, cognitivas e emocionais. Para tanto, entendemos que não são necessários apenas recursos financeiros para suprir os aspectos que circundam o cuidado

adequado dos filhos. Com isso, implicitamente, temos também na Bíblia a imagem das relações do sujeito mulher com o trabalho limitadas pelas atribuições essenciais que a compõem subjetivamente, ser mãe e esposa, isto é, auxiliadora do homem.

Ou seja, biblicamente o envolvimento da mulher com o trabalho extradoméstico não é proibido, mas este não deve interferir em seu papel intradoméstico, o que evoca o discurso da não dominação do sujeito mulher pela dinâmica trabalhista contemporânea, opondo-se à ideologia capitalista. Os recursos utilizados para suprir as necessidades materiais da família são assim primordialmente provenientes do trabalho masculino, e se o homem situa-se discursivamente na posição de governador da casa, todos os aspectos que se inserem no ambiente doméstico findam por ser responsabilidade sua, assim a formação dos filhos é também uma atribuição sua, de modo que o seu envolvimento com o trabalho não retira sua função social de pai, por conseguinte, temos na Bíblia a construção da imagem da criação dos filhos como uma tarefa não exclusiva da mulher.

Nesse sentido, o trabalho do homem não deve também interferir em seu papel de pai, de modo que ele deve contribuir com o desenvolvimento cognitivo e emocional dos filhos, o que exige a presença paterna nos processos de aprendizagem e amadurecimento dos mesmos. Implicitamente, esta imagem do homem enquanto provedor financeiro e participante da vida familiar suscita um discurso de oposição a ideologia capitalista, o que já identificamos como um forte traço discursivo da Bíblia, pois envolver-se com o mercado de trabalho pressupõe dedicação de tempo por parte do indivíduo, sobretudo na contemporaneidade. Dada a valorização da capacidade de compra do sujeito, temos que é necessário acumular mais capital, para tanto é preciso trabalhar mais, o que pressupõe ter menos tempo para dedicar-se às funções sociais externas ao trabalho, a exemplo das que são exercidas no ambiente familiar, como a paternidade. Assim sendo, na ótica discursiva bíblica, as relações trabalhistas masculinas são também orientadas pelo papel de pai, o que implica na possibilidade de acumular menos capital em função de suas atividades paternas.

Em suma, no discurso bíblico, homem e mulher devem assumir papéis sociais distintos. A mulher, foco desta pesquisa, tem como papéis constituintes fundamentais de sua subjetividade, ser mãe e esposa, deste último, especificamos o

ser auxiliadora, que se associa à submissão. Conforme analisamos, estas distinções entre o homem e a mulher não se efetivam discursivamente em um discurso de desigualdade, uma vez que no discurso bíblico, a imagem do homem como autoridade e da mulher como submissa não atribui valor às funções designadas para os mesmos, pois não se trata ideologicamente a mulher como mais, ou menos importante do que o homem, há, portanto, uma relação de igualdade moral e social entre ambos, o que se alicerça discursivamente com o excerto seguinte, no qual se estabelece discursivamente uma relação de dependência mútua entre homem e mulher:

[RT13] nem a mulher é independente do homem, nem o homem é independente da mulher. (1 Coríntios 11:11)

Esta relação de interdependência e de igualdade entre homem e mulher não se constitui como um efeito de sentido das atribuições distintas concedidas a ambos na Bíblia, segundo as *Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres* (2012). Destarte, o termo “atribuições sociais” retoma o discurso bíblico, traçando uma relação interdiscursiva, que novamente se configura como uma negação, marcada através do termo “negativamente”, de modo que tal perspectiva discursiva atribui ao discurso bíblico um traço machista, uma vez que confere à imagem da mulher construída na Bíblia o efeito de sentido de ‘inferioridade’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bíblia não foi diretamente mencionada no discurso político analisado, mas, à luz da Análise do Discurso, entendemos que o que está dito tem relação com o não dito, de forma que o não-dito também significa. Destarte, na medida em que o documento político atribui efeitos de sentido para as distintos papéis de homens e mulheres, distinção que é defendida na Bíblia, são atribuídos, na verdade, sentidos originários dos textos bíblicos, embora negados ou rejeitados. Com isso, confirmamos a nossa hipótese de que há interdiscursos bíblicos na constituição dos discursos contemporâneos sobre a mulher, e que estes se realizam na forma da negação.

Em razão desse processo discursivo de negação, justificada pela compleição da forma-sujeito do capitalismo – segundo Pêcheux (1990), o sujeito atribui um lugar ao outro no seu discurso, o que institui a formação da imagem – a mulher, representada na Bíblia, é focalizada sob o olhar do machismo. Este conceito, somado às implicações da forma-sujeito, mostra que as imagens atribuídas pelo mesmo são atravessadas por aspectos ideológicos e históricos que o circundam, deste modo, as atribuições das *Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para Mulheres* (2012) e da *Plataforma Mais Mulheres no Poder* (2012), dadas à imagem da mulher construída na Bíblia, apresentam o efeito de sentido é o de ‘inferioridade’.

Uma das conclusões, ainda provisória, é de que esses discursos políticos, que circulam na contemporaneidade – como aquele do documento analisado – veem o discurso bíblico sobre a mulher como patriarcal, beirando a intolerância do machismo. No entanto, defendemos que a formação imaginária da mulher, produzida no contexto da leitura bíblica, não se coaduna com o amplo complexo ideológico da atualidade, afeito às disputas capitalistas de sentido; pelo contrário, a mulher foi erigida num desenho de cooperação com o homem, o que vem modificar o sentido de igualdade, porque não apenas a mulher é igual, mas também o homem.

Em nossa pesquisa, uma pergunta central foi “quais as implicações do distanciamento entre o discurso religioso e político em relação à imagem da mulher?”. No tocante a essa questão, as seguintes respostas são possíveis:

- a) O discurso bíblico põe a mulher no lugar do silêncio, mas abre espaço para o diálogo, pressuposto do discurso político;

- b) A formação discursiva inovadora, implicada no discurso político, estabelece uma relação interdiscursiva bíblica de negação:
- c) Enquanto no discurso político, instaura-se a individualização da mulher trabalhadora, no discurso bíblico, o trabalho resulta de uma conjunção entre o homem e a mulher.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Resposta a John Lewis**. In: posições I. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Tradução.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Online**. Tradução Almeida Revisada Imprensa Bíblica. Disponível em: < <http://www.bibliaonline.com.br/aa>>.

BRASIL. **Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF.2012. Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2012/orientacoes_constituicao_spm>. Acesso em: 27 ago. 2013, às 21:16.

BRASIL. **Plataforma Mais Mulheres no Poder**. Brasília, DF. 2012. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2012/mais-mulheres-no-poder-2012>>. Acesso em: 27 ago. 2013, às 21:15.

DANTAS, A. M. **Sobressaltos do Discurso**: Algumas aproximações da análise do discurso. Campina Grande: EDUEFG, 2007.

FERREIRA, M.C.A. **Interdiscurso e memória**: nas tramas dos discursos sobre a mulher. In.: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. (orgs.) **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 223-232.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Tradução de Luís Felipe Baeta Neves.

GREGOLIN, M. R. F. V. **Formação discursiva, mídia e identidades**. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. A.; INDURSKY, F.. (Org.). **A Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. v.1.p. 173-186.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo**: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, M. C. A.; INDURSKY, F. (Orgs.). **A Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. v.1. p. 123-134.

INDURSKY, F. **A fragmentação do sujeito em análise do discurso**. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M.C. (Orgs.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000, p. 70-81.

_____. **Formação Discursiva**: ela ainda merece que lutemos por ela?. In: FERREIRA, M. C. A.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**:

mapeando conceitos, confrontando limites. 1ed.São Carlos: Clara Luz, 2007, v. 1, p. 163-172.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso**. In: Mussalim, F.; Bentes, A. C. (Orgs.). In: **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.v.2. p. 101-142.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo**. In: FERREIRA, M. C. A.; INDURSKY, F. (orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.p. 11-20.

_____. **Discurso em análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

PASSETTI, M. C. C. **Interdiscursividade em situações de interação polêmica**. In: FERREIRA, M. C. A.; INDURSKY, F. (orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. 1ed.São Carlos: Claraluz, 2007, v. 1, p. 277-286.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al.

_____. **Análise automática do discurso** . In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: EdUnicamp, 1990. p. 61-162. Tradução de Bethania S. Mariani et al.

PIOVEZANI, C . **Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas**. In: Navarro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 243-257.

STRONG, James. **Dicionário Bíblico**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002. Disponível em: < <http://www.slideshare.net/araozuconelli/dicionrio-grego-james-strong> >. Acesso em: 10 set. 2013, às 20:16.

TESSER, Naysa. **Os movimentos do sujeito nas relações de poder**. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M.C. (Orgs). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000, p. 151-158.